

PROTOCOLO

REVISTO

SOBRE

**CURSOS DE ÁGUA COMPARTILHADOS
NA REGIÃO DA COMUNIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO DA
ÁFRICA AUSTRAL (SADC)**



ÍNDICE

PREÂMBULO		3
ARTIGO 1	DEFINIÇÕES	4
ARTIGO 2	OBJECTIVO	5
ARTIGO 3	PRINCÍPIOS GERAIS	6
ARTIGO 4	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	8
ARTIGO 5	QUADRO INSTITUCIONAL PARA APLICAÇÃO	14
ARTIGO 6	ACORDOS SOBRE CURSOS DE ÁGUA COMPARTILHADOS	17
ARTIGO 7	RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	18
ARTIGO 8	ASSINATURA	18
ARTIGO 9	RATIFICAÇÃO	18
ARTIGO 10	ENTRADA EM VIGOR	18
ARTIGO 11	ADESÃO	18
ARTIGO 12	EMENDAS	19
ARTIGO 13	DENÚNCIA	19
ARTIGO 14	CESSAÇÃO	19
ARTIGO 15	DEPOSITÁRIO	20
ARTIGO 16	PROTOCOLO SOBRE SISTEMAS DE CURSOS DE ÁGUA PARTILHADOS NA REGIÃO DA SADC	20



PREÂMBULO

Nós, os Chefes de Estado ou de Governo de:

República da África do Sul

República de Angola

República do Botsuana

República Democrática do Congo

Reino do Lesoto

República do Malawi

República das Maurícias

República de Moçambique

República da Namíbia

República das Seicheles

Reino da Suazilândia

República Unida da Tanzânia

República da Zâmbia

República do Zimbabué;

CONSIDERANDO o progresso alcançado no desenvolvimento e na codificação do direito internacional das águas, iniciado com as Regras de Helsínquia e a subsequente adopção por parte das Nações Unidas da Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diversos da Navegação;

RECONHECENDO as disposições relevantes da Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, os conceitos de uma gestão favorável ao ambiente, de desenvolvimento sustentável e da utilização equitativa dos cursos de água compartilhados na Região da SADC;

TENDO EM CONTA os programas de desenvolvimento sócio-económicos existentes e emergentes na Região da SADC e o seu impacto no ambiente;

DESEJOSOS de desenvolver uma cooperação estreita para o uso judicioso, sustentável e coordenado dos recursos dos cursos de água compartilhados na Região da SADC;



CONVENCIDOS da necessidade de um desenvolvimento coordenado e ambientalmente sólido, dos recursos dos cursos de água compartilhados na Região da SADC, com vista a apoiar o desenvolvimento sócio-económico sustentável;

RECONHECENDO a inexistência até ao presente de convenções regionais que regulem a utilização e gestão comuns dos recursos dos cursos de água compartilhados na Região da SADC;

CIENTES da existência de outros Acordos na Região da SADC relativamente à utilização
NOS TERMOS do Artigo 22º do Tratado, acordamos no seguinte:

ARTIGO 1º

DEFINIÇÕES

1. Para efeitos do presente Protocolo, os termos a seguir terão os significados que adiante lhes são atribuídos:

“Uso agrícola” significa uso da água para fins de irrigação;

“Uso doméstico” significa o uso da água para beber, lavar, cozinhar, higiene pessoal, saneamento e abeberamento;

“Situação de emergência” significa uma situação que causa ou representa uma ameaça iminente, passível de causar sérios danos aos Estados de Curso de Água e que resulta súbitamente de uma causa natural, tal como chuvas torrenciais, inundações, desmoronamentos ou terremotos, ou da conduta humana;

“Uso ambiental” significa o uso da água para a preservação e manutenção de ecossistemas;

“Uso industrial” significa o uso da água para fins comerciais e industriais, produção de energia eléctrica, de manufactura e de mineração;

“Gestão de um Curso de Água Compartilhado” significa

- i) planeamento do desenvolvimento sustentável de um curso de água compartilhado e providência pela implementação de quaisquer planos adoptados; e
- ii) promoção, de qualquer outra forma, da utilização, protecção e controlo do curso de água de uma forma racional, equitativa e optimizada.



“Uso Navegacional” significa o uso da água para a navegação, quer seja para o transporte, pesca, recreação ou turismo;

“Poluição de um curso de água compartilhado” significa qualquer alteração nociva na composição ou qualidade das águas de um curso de água compartilhado que resulta directa ou indirectamente da conduta humana;

“Regularização do fluxo das águas de um curso de água compartilhado” significa o uso de obras hidráulicas ou de qualquer outra medida continuada para alterar, variar ou, de qualquer outro modo, controlar o fluxo das águas de um curso de água compartilhado;

“Curso de água compartilhado” significa um curso de água que atravessa ou constitui a fronteira entre dois ou mais Estados de Curso de Água;

“Dano significativo” significa um dano não trivial, que pode ser evidenciado através de provas objectivas sem necessariamente chegar, no entanto, ao nível de ser substancial;

“Estado Parte” significa um membro da SADC, que é parte ao presente Protocolo;

“Curso de Água” significa um sistema de águas superficiais e subterrâneas que constituem, em virtude da sua relação física, um todo unitário que normalmente flui para um término comum como seja o mar, um lago, ou um aquífero;

“Estado de Curso de Água” significa um Estado Parte em cujo território se situa parte de um curso de água.

2. Qualquer outro termo definido no Tratado e usado no presente Protocolo terá o mesmo significado que lhe é conferido no Tratado.

ARTIGO 2º

OBJECTIVO

O presente Protocolo tem como objectivo global desenvolver uma cooperação mais estreita para a gestão, protecção e utilização judiciosas, sustentáveis e coordenadas dos cursos de água compartilhados e promover a agenda da SADC de integração regional e de alívio da pobreza. Para alcançar este objectivo, o presente Protocolo procura:

- a) promover e facilitar o estabelecimento de acordos sobre cursos de água compartilhados e de Instituições de Cursos de Água Compartilhados para a gestão de cursos de água compartilhados;
- b) promover a utilização sustentável, equitativa e racional dos cursos de água compartilhados;



- c) promover um desenvolvimento e uma gestão ambientalmente sadia dos cursos de água compartilhados de uma forma coordenada e integrada;
- d) promover a harmonização e monitorização da legislação e das políticas de planeamento, desenvolvimento, conservação, protecção dos cursos de água compartilhados e distribuição dos seus recursos; e
- e) promover a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a troca de informação, a capacitação e a aplicação de tecnologias apropriadas na gestão de cursos de água compartilhados.

ARTIGO 3º

PRINCÍPIOS GERAIS

Para efeitos do presente Protocolo, serão aplicados os seguintes princípios gerais:

1. Os Estados Partes reconhecem o princípio da unidade e coerência de cada curso de água compartilhado e, em conformidade com este princípio, comprometem-se a harmonizar os usos da água de cursos de água compartilhados e a garantir que todas as intervenções necessárias sejam consistentes com o desenvolvimento sustentável de todos os Estados de Curso de Água e observem os objectivos da integração regional e da harmonização das suas políticas e dos seus planos sócio-económicos.
2. A utilização de cursos de água compartilhados na Região da SADC estará aberta a cada Estado de Curso de Água, no que respeita aos cursos de água dentro do seu território, salvaguardando os seus direitos soberanos, em conformidade com os princípios consagrados no presente Protocolo. A utilização dos recursos dos cursos de água inclui os usos para fins agrícolas, domésticos, industriais, navegacionais e ambientais.
3. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar as regras existentes do direito consuetudinário ou do direito internacional relativas ao uso e gestão dos recursos de cursos de água compartilhados.
4. Os Estados Partes manterão um equilíbrio adequado entre o desenvolvimento de recursos para elevar o nível de vida dos seus povos e a conservação e o melhoramento do ambiente para promover o desenvolvimento sustentável.
5. Os Estados Partes comprometem-se a procurar e a estabelecer uma cooperação estreita no estudo e na execução de todos os projectos susceptíveis de ter um efeito no regime de um curso de água compartilhado.
6. Os Estados Partes trocarão informações e dados disponíveis relacionados com as condições hidrológicas, hidrogeológicas, de qualidade da água, meteorológicas e ambientais dos cursos de água compartilhados.



7. a) Os Estados de Curso de Água utilizarão, nos seus respectivos territórios, um curso de água compartilhado de forma equitativa e racional. Em particular, um curso de água compartilhado será utilizado e desenvolvido pelos Estados de Curso de Água, com vista a alcançar uma utilização otimizada e sustentável do mesmo e o usufruto dos benefícios daí resultantes, tomando em consideração os interesses dos Estados de Curso de Água em causa, de forma consistente com a protecção adequada do curso de água em benefício da geração actual e das gerações futuras.
- b) Os Estados de Curso de Água participarão de forma equitativa e racional no uso, desenvolvimento e protecção de um curso de água compartilhado. Essa participação inclui, tanto o direito do uso do curso de água, como o dever de cooperar na sua protecção e desenvolvimento, conforme estipulado no presente Protocolo.
- 8 a) A utilização de um curso de água compartilhado de forma racional e equitativa, segundo os parágrafos 7(a) e (b), requiere que sejam tomados em consideração todos os factores e circunstâncias relevantes, incluindo:
- (i) factores geográficos, hidrográficos, hidrológicos, climáticos e outros de carácter natural;
 - (ii) as necessidades sociais, económicas e ambientais dos Estados de Curso de Água em causa;
 - (iii) a população dependente do curso de água compartilhado em cada Estado de Curso de Água;
 - (iv) os efeitos do uso ou usos de um curso de água compartilhado num Estado de Curso de Água sobre os demais Estados de Curso de Água;
 - (v) utilizações existente e potenciais do curso de água;
 - (vi) a conservação, protecção, desenvolvimento e economia do uso dos recursos hídricos do curso de água compartilhado e os custos das medidas tomadas para o efeito; e
 - (vii) a disponibilidade de alternativas, de valor comparável, para um uso específico actual ou planeado.
- b) O valor a ser atribuído a cada factor será determinado em função da sua importância comparativamente à de outros factores relevantes. Ao determinar o que constitui um uso racional e equitativo, todos os factores relevantes serão apreciados em conjunto e chegar-se-á a uma conclusão com base em todos eles.



9. Os Estados Partes tratarão das medidas planeadas em conformidade com o procedimento estipulado no Artigo 4º, parágrafo 1.
10. a) Ao utilizar um curso de água compartilhado nos seus territórios, os Estados Parte tomarão todas as medidas apropriadas para prevenir que danos significativos sejam causados aos outros Estados de Curso de Água
- b) Todavia, quando apesar disso, danos significativos são causados a um outro Estado de Curso de Água, o Estado cujo uso provoque tal dano adoptará, na ausência de acordo para tal uso, todas as medidas apropriadas, dando devida consideração às disposições da alínea (a) acima, em consulta com os Estados afectados, para eliminar ou mitigar tal dano e, quando apropriado, discutir a questão de indemnização.
- c) Salvo acordo em contrário dos Estados de Curso de Água em causa, no que se refere à protecção dos interesses das pessoas, singulares ou colectivas, que tenham sofrido ou que corram o risco de sofrer um dano transfronteiriço significativo resultante de actividades relativas à utilização de um curso de água compartilhado, um Estado de Curso de Água não deverá discriminar com base na nacionalidade, ou residência ou local de verificação do dano, o acesso por parte de tais pessoas, em conformidade com o seu sistema jurídico, aos procedimentos judiciais ou outros, ou o direito de pedir indemnização ou outra forma de reparação sobre um dano significativo provocado por tais actividades realizadas no seu território.

ARTIGO 4º

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1. Medidas Planeadas

a) Informação sobre medidas planeadas

Os Estados Partes trocarão informações e efectuarão consultas mútuas e, se necessário, negociarão sobre os possíveis efeitos que as medidas planeadas podem ter sobre o Estado de um Curso de Água compartilhado.

b) Notificação sobre medidas planeadas com possíveis efeitos adversos

Antes que um Estado Parte aplique ou permita a aplicação de medidas planeadas que possam ter um efeito adverso significativo noutros Estados de Curso de Água, o referido Estado Parte notificará antepadamente os Estados em causa quanto a estas medidas. Tal notificação será acompanhada por informação e dados técnicos disponíveis, incluindo os resultados de quaisquer avaliações do efeito ambiental, por forma a permitir que os Estados notificados avaliem os possíveis efeitos das medidas planeadas.



c) Período de resposta à notificação

- i) Salvo acordo em contrário, um Estado Parte que, ao abrigo da alínea (b), faça uma notificação concederá aos Estados notificados um período de seis meses durante o qual estes analisarão e avaliarão os possíveis efeitos das medidas planeadas e comunicarão as suas conclusões ao Estado Parte que fez a notificação;
- ii) A pedido de um Estado notificado para o qual a avaliação das medidas planeadas constitua uma dificuldade, este período será prorrogado por mais seis meses.

d) Obrigações do Estado notificador durante o período de resposta

Durante o período referido na alínea (c), o Estado notificador:

- i) cooperará com os Estados notificados fornecendo-lhes, quando solicitado, quaisquer informações e dados adicionais disponíveis e necessários para uma avaliação precisa; e
- ii) não aplicará ou permitirá a aplicação das medidas planeadas, sem o consentimento dos Estados notificados.

e) Resposta à notificação

Os Estados notificados comunicarão as suas conclusões ao Estado notificador, o mais cedo possível, dentro do período aplicável, em conformidade com a alínea (c). Se um Estado notificado considerar que a aplicação das medidas planeadas seria inconsistente com o disposto nos parágrafos 7 ou 10 do Artigo 3º, anexará uma explicação documentada que fundamente as suas conclusões.

f) Ausência de resposta à notificação

- i) No caso do Estado notificador não receber nenhuma comunicação ao abrigo da alínea (e), dentro do período aplicável em conformidade com a alínea (c), o Estado Notificador poderá, sujeito às suas obrigações estipuladas nos parágrafos 7 e 10 do Artigo 3º, prosseguir com a aplicação das medidas planeadas, de acordo com a notificação e quaisquer outras informações ou dados fornecidos aos Estados notificados.
- ii) Qualquer pedido de indemnização por parte de um Estado notificado que não tenha apresentado a sua resposta dentro do período aplicável ao abrigo da alínea (c), poderá ser cancelado pelas despesas incorridas pelo Estado notificador, como resultado das acções realizadas, após ter expirado o período de resposta e que não teriam sido realizadas, caso o



Estado notificado tivesse apresentado a sua objecção dentro desse período.

g) Consultas e negociações sobre medidas planeadas

- i) Se uma comunicação for feita ao abrigo da alínea (e), indicando que a aplicação das medidas planeadas seria incompatível com as disposições dos parágrafos 7 ou 10 do Artigo 3º, o Estado notificador e o Estado que faz a comunicação realizarão consultas e, se necessário, negociações com vista a chegarem a uma solução equitativa.
- ii) As consultas e negociações serão realizadas na base de que cada Estado de boa fé, respeitará de forma razoável os direitos e interesses legítimos dos outros Estados.
- iii) No decurso das consultas e negociações, o Estado notificador abster-se-á, caso seja solicitado pelo Estado notificado quando este fizer a sua comunicação, de aplicar ou de permitir a aplicação das medidas planeadas durante um período de seis meses, salvo acordo em contrário.

h) Procedimentos na ausência de notificação

- i) Caso um Estado Parte tenha motivos fundados para acreditar que um outro Estado de Curso de Água está a planejar medidas que poderão ter sobre si um efeito adverso significativo, o primeiro Estado poderá solicitar a este último que aplique as disposições contidas na alínea (b). O pedido far-se-á acompanhar de uma exposição documentada apresentando os seus motivos
- ii) Caso o Estado que planea as medidas considere, entretanto, que não se encontra sujeito à obrigação de proceder a notificação nos termos de (b), informará o outro Estado sobre essa situação, providenciando uma exposição documentada que fundamente os seus pontos de vista. Se esses pontos de vista não satisfizerem o outro Estado, os dois Estados deverão, a pedido do outro Estado, iniciar consultas e negociações imediatas, conforme indicado nos parágrafos (i) e (ii) da alínea (g).
- iii) No decurso das consultas e negociações, o Estado que planeia as medidas deverá, caso haja uma solicitação nesse sentido pelo outro Estado, na altura em que este solicite o início das consultas e das negociações, abster-se de implementar ou de permitir a aplicação dessas medidas durante um período de 6 meses, salvo acordo em contrário.



i) Aplicação urgente das medidas planeadas

- i) No caso em que a aplicação das medidas planeadas seja da maior urgência para protecção da saúde pública, segurança pública ou outros interesses igualmente importantes, o Estado que planeia as medidas pode dar seguimento de imediato, sujeito às disposições dos parágrafos 7 e 10 do Artigo 3º, com a aplicação, a despeito das disposições contidas na alínea (d) e no sub-parágrafo (iii) da alínea (g).
- ii) Em tal caso, uma declaração formal da urgência das medidas será comunicada, de imediato, aos outros Estados de Curso de Água referidos na alínea (b), juntamente com informações e dados relevantes.
- (iii) O Estado responsável pelas medidas iniciará de imediato, a pedido de qualquer um dos Estados referidos no parágrafo (ii), consultas e negociações com estes, de acordo com o previsto nos sub-parágrafos (i) e (ii) da alínea (g).

2. Protecção e Preservação do Ambiente

a) Protecção e Preservação de Ecossistemas

Os Estados Partes protegerão e preservarão individualmente e, onde apropriado, colectivamente, o ecossistema de um curso de água compartilhado.

b) Prevenção, redução e controlo de poluição

- i) Os Estados Partes evitarão, reduzirão e controlarão individualmente e, onde apropriado, colectivamente, a poluição e a degradação ambiental de um curso de água compartilhado que possam causar danos significativos aos Estados de Curso de Água ou ao seu ambiente, incluindo danos à saúde ou segurança humana, ao uso das águas para qualquer fim benéfico ou aos recursos vivos de um curso de água.
- ii) Os Estados de Curso de Água tomarão medidas para harmonizar as suas políticas e legislações neste sentido.
- iii) Os Estados Partes realizarão, a pedido de qualquer um deles, consultas com vista a obter medidas e métodos mutuamente aceitáveis visando impedir, reduzir e controlar a poluição de um curso de água compartilhado, tais como:
 - aa) estabelecer objectivos e critérios conjuntos de qualidade de água;



- bb) estabelecer técnicas e práticas de tratamento de poluição, tanto a partir de fontes pontuais, como de fontes difusas; e
- cc) elaborar listas de substâncias, cuja introdução nas águas de um curso de água compartilhado será proibida, limitada, investigada ou monitorizada.

c) Introdução de espécies estranhas ao meio ou novas

Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para prevenir a introdução num curso de água compartilhado de espécies estranhas ao meio ou novas que possam ter efeitos nocivos para ecossistemas do curso de água resultando em dano significativo para os outros Estados de Curso de Água.

d) Protecção e preservação do ambiente aquático

Os Estados Partes tomarão individualmente e, sempre que apropriado, em cooperação com os outros Estados, todas as medidas inerentes a um curso de água compartilhado que sejam necessárias para proteger e preservar o ambiente aquático, incluindo estuários, tendo em consideração as regras e os padrões internacionais geralmente aceites.

3. Gestão de Cursos de Água Compartilhados

a) Gestão

Os Estados de Curso de Água encetarão, a pedido de qualquer um deles, consultas sobre a gestão de um curso de água compartilhado, que poderá incluir a criação de um mecanismo de gestão conjunta.

b) Regularização

- i) Os Estados de Curso de Água cooperarão, sempre que apropriado, para responderem às necessidades ou oportunidades de regularização do fluxo das águas de um curso de água compartilhado.
- ii) Salvo um acordo em contrário, os Estados de Curso de Água participarão numa base equitativa e razoável na construção e manutenção ou custeamento das despesas dos respectivos trabalhos de regularização conforme por eles acordado.

(c) Instalações

- i) Os Estados de Curso de Água empreenderão, dentro dos seus respectivos territórios, os seus melhores esforços para manter e proteger instalações, infra-estruturas e outras obras relacionadas com um curso de água compartilhado.



- ii) Os Estados de Curso de Água, a pedido de qualquer um deles que tenha motivos fundados para acreditar que possa sofrer efeitos adversos significativos, realizarão consultas em relação ao seguinte :
 - a) o funcionamento e a manutenção seguros de instalações, infra-estruturas ou outras obras relacionadas com um curso de água compartilhado; e
 - b) a protecção de instalações, infra-estruturas ou outras obras contra qualquer acto premeditado ou negligente ou contra as forças da natureza.
- iii) Os cursos de água compartilhados e as instalações, infra-estruturas e outras obras conexas gozarão de protecção garantida pelos princípios e regras do direito internacional aplicáveis nos conflitos armados internacionais e não-internacionais e não serão usados em violação destas regras e princípios.

4. Prevenção e Mitigação de Condições Danosas

- a) Os Estados Partes tomarão individualmente e, sempre que apropriado, colectivamente, todas as medidas apropriadas para prevenir ou mitigar condições relacionadas com um curso de água compartilhado que possam ser danosas para outros Estados de Curso de Água, resultantes quer de causas naturais quer da conduta humana, tais como: inundações, doenças transmitidas pela água, assoreamento, erosão, intrusão de água salina, seca ou desertificação.
- b) Os Estados Partes exigirão de qualquer pessoa que tencione utilizar as águas de um curso de água compartilhado nos seus respectivos territórios para outro uso que não seja doméstico ou ambiental ou que tencione proceder à descarga de quaisquer tipos de resíduos nessas águas, que obtenha primeiro uma licença, ou outra autorização similar, junto da autoridade competente do Estado em questão. A licença ou autorização similar será concedida, somente, após o Estado ter concluído que o uso ou a descarga projectados não irão causar danos significativos ao regime do curso de água.

5. Situações de Emergência

Os Estados Partes notificarão, sem demora, outros Estados potencialmente afectados, a Unidade de Coordenação do Sector das Águas da SADC, assim como organizações internacionais competentes sobre qualquer situação de emergência originada nos seus respectivos territórios e fornecerão de imediato, a informação necessária aos Estados ou organizações competentes para cooperarem na prevenção, mitigação e eliminação dos efeitos danosos da emergência.



ARTIGO 5º

QUADRO INSTITUCIONAL PARA APLICAÇÃO

1. A responsabilidade pela aplicação do presente Protocolo caberá aos seguintes mecanismos institucionais:
 - a) **Órgãos do Sector das Águas da SADC**
 - i) Comité dos Ministros das Águas;
 - ii) Comité dos Altos Funcionários das Águas;
 - iii) Unidade de Coordenação do Sector das Águas; e
 - iv) Comité Técnico de Recursos Hídricos e Sub-Comités.
 - b) Instituições de Cursos de Água Compartilhados
 - c) O Comité dos Ministros das Águas será composto por Ministros responsáveis pela área das Águas.
 - d) O Comité dos Altos Funcionários das Águas será composto por Secretários Permanentes ou quadros de categoria equivalente responsáveis pela área das águas.
 - e) A Unidade de Coordenação do Sector das Águas será o órgão executivo do Sector das Águas, dirigido por um/a coordenador/a designado/a pelo Estado Parte responsável pela coordenação do Sector das Águas, assistido/a por um quadro de pessoal de apoio profissional, administrativo e dos serviços de secretariado, conforme o/a Coordenador/a, possa julgar necessário.
2. Os Órgãos do Sector das Águas da SADC terão as seguintes funções:
 - a) **O Comité dos Ministros das Águas**
 - i) Realizar a supervisão e monitorização da aplicação do Protocolo e prestar assistência na resolução de potenciais conflitos relativamente aos cursos de água compartilhados;
 - ii) Dirigir e coordenar a cooperação e harmonização da legislação, políticas, estratégias, programas e projectos;
 - iii) Prestar assessoria ao Conselho sobre as políticas a serem seguidas;
 - iv) Recomendar ao Conselho a criação de outros órgãos que sejam necessários para a aplicação do presente Protocolo;
 - v) Manter o Conselho dos Ministros actualizado regularmente sobre o estado actual da aplicação do presente Protocolo.



b) O Comité dos Altos Funcionários das Águas

- i) Analisar todos os relatórios e documentos que lhe sejam submetidos pelo Comité Técnico dos Recursos Hídricos e pela Unidade de Coordenação do Sector das Águas;
- ii) Promover iniciativas e aconselhar o Comité dos Ministros das Águas, sobre políticas, estratégias, programas e projectos a serem submetidos ao Conselho para aprovação ;
- iii) Recomendar ao Comité dos Ministros das Águas, a criação de outros órgãos que sejam necessários para a aplicação do presente Protocolo;
- iv) Manter o Comité dos Ministros das Águas informado sobre o estado actual da aplicação do presente Protocolo.

c) A Unidade de Coordenação do Sector de Águas

- i) Fiscalizar a aplicação do presente Protocolo;
- ii) Estabelecer a ligação com outros órgãos da SADC e Instituições de Cursos de Água Compartilhados sobre questões relativas à aplicação do presente Protocolo;
- iii) Orientar a interpretação do presente Protocolo;
- iv) Aconselhar os Estados Membros sobre questões relativas ao presente Protocolo;
- v) Organizar e gerir todas as reuniões técnicas e programáticas;
- vi) Preparar os termos de referência para consultorias e gerir a sua execução;
- vii) Mobilizar ou facilitar a mobilização de recursos financeiros e técnicos para a aplicação do presente Protocolo;
- viii) Submeter, anualmente, ao Conselho de Ministros um relatório sobre o estado de aplicação do Protocolo, através do Comité dos Ministros das Águas;
- ix) Manter um inventário de todas as instituições de gestão dos cursos de água compartilhados e dos seus acordos sobre cursos de água compartilhados na Região da SADC.



d) O Comité Técnico dos Recursos Hídricos

- i) Providenciar apoio e assessoria técnica aos Altos Funcionários através da Unidade de Coordenação do Sector das Águas, relativamente à aplicação do presente Protocolo;
- ii) Discutir questões submetidas pela Unidade de Coordenação do Sector e prepará-las para o Comité dos Altos Funcionários;
- iii) Apreciar e aprovar os termos de referência para consultorias, incluindo a nomeação de consultores;
- iv) Recomendar ao Comité dos Altos Funcionários das Águas quaisquer questões que sejam do seu interesse e em relação às quais não tenha havido acordo;
- v) Designar Grupos de Trabalho para a realização de trabalhos a curto prazo e sub-comités permanentes para a realização de tarefas, a mais longo prazo.
- vi) Tratar de quaisquer outras questões que possam ter implicações na aplicação do presente Protocolo.

3. Instituições de Cursos de Água Compartilhados

- a) Os Estados de Curso de Água comprometem-se a criar instituições apropriadas, tais como comissões de curso de água, autoridades das águas ou conselhos, conforme venham a decidir.
- b) As responsabilidades de tais instituições serão determinadas pela natureza dos seus objectivos, que deverão estar em conformidade com os princípios enunciados no presente Protocolo.
- c) As Instituições de Cursos de Água Compartilhados providenciarão, numa base regular ou conforme determinado pela Unidade de Coordenação do Sector, toda a informação necessária para avaliar o progresso na aplicação das disposições do presente Protocolo, incluindo o desenvolvimento dos respectivos acordos.

4. Os Estados Partes comprometem-se a adoptar medidas apropriadas para tornar efectivo o quadro institucional referido neste Artigo para a aplicação do presente Protocolo.



ARTIGO 6º

ACORDOS SOBRE CURSOS DE ÁGUA COMPARTILHADOS

1. Na ausência de um acordo em contrário, nada neste Protocolo afectará os direitos ou as obrigações de um Estado de Curso de Água decorrentes de acordos vigentes a que esteja vinculado, na data em que se tenha tornado parte ao presente Protocolo.
2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as partes aos acordos referidos no parágrafo 1, poderão harmonizar tais acordos com o presente Protocolo.
3. Os Estados de Curso de Água poderão celebrar acordos, que aplicam as disposições do presente Protocolo às características e usos de um curso de água compartilhado específico ou de parte do mesmo.
4. Quando concluído um acordo de curso de água entre dois ou mais Estados de Curso de Água, o mesmo deverá indicar as águas a que se aplica. Tal acordo poderá ser firmado em relação à todo o curso de água compartilhado ou à uma parte do mesmo ou especificamente à um projecto, programa ou uso, salvo na medida em que o acordo afecte, de modo adverso e numa dimensão significativa, o uso por parte de um ou mais outros Estados de Curso de Água, das águas do referido curso de água, sem o seu consentimento expresso.
5. No caso de alguns, mas não de todos os Estados de Curso de Água de um curso de água compartilhado serem partes a um acordo, nada contido nesse acordo afectará, ao abrigo do presente Protocolo, os direitos ou obrigações dos Estados de Curso de Água que não sejam partes a um tal acordo.
6. Todos os Estados de Curso de Água gozam do direito de participar nas negociações e de se tornarem parte a qualquer acordo sobre um curso de água que se aplique à todo o curso de água compartilhado, bem como de participar em quaisquer consultas relevantes.
7. Um Estado de Curso de Água, cujo uso de um curso de água compartilhado possa ser afectado de forma significativa pela aplicação de um acordo de curso de água proposto que se aplique apenas à uma parte do curso de água ou à um projecto, programa ou uso específicos, tem direito de participar nas consultas sobre o referido acordo e, quando apropriado, nas respectivas negociações, de boa fé, com vista a tornar-se parte ao mesmo, na medida em que a utilização do curso de água por parte daquele Estado possa ser afectada.



ARTIGO 7º

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

1. Os Estados Partes procurarão resolver qualquer litígio relacionado com a implementação, interpretação ou aplicação das disposições do presente Protocolo de forma amigável, em conformidade com os princípios consignados no Artigo 4º do Tratado.
2. Os litígios entre Estados Partes relacionados com a interpretação ou aplicação das disposições contidas no presente Protocolo que não sejam resolvidas amigavelmente, serão submetidas ao Tribunal.
3. Em caso de litígio entre a SADC, por um lado, e um Estado Parte, por outro, solicitar-se-á um parecer consultivo, nos termos do Artigo 16(4) do Tratado.

ARTIGO 8º

ASSINATURA

O presente Protocolo será assinado por representantes dos Estados Membros devidamente autorizados para o efeito.

ARTIGO 9º

RATIFICAÇÃO

O presente Protocolo será ratificado pelos Estados signatários, de acordo com os seus procedimentos constitucionais.

ARTIGO 10º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Protocolo e quaisquer emendas subsequentes entrarão em vigor trinta (30) dias, depois do depósito dos instrumentos de ratificação, por dois terços dos Estados Membros referidos no Preâmbulo.

ARTIGO 11º

ADESÃO

O presente Protocolo e quaisquer emendas subsequentes permanecerão abertas à adesão por qualquer Estado Membro.



ARTIGO 12º

EMENDAS

1. Qualquer emenda ao presente Protocolo será adoptada por decisão de três quartos dos Membros da Cimeira que sejam parte ao presente Protocolo.
2. Uma proposta de emenda ao presente Protocolo poderá ser apresentada por qualquer Estado Parte ao Secretário Executivo para apreciação preliminar pelo Conselho, contanto que, porém, a proposta de emenda não seja submetida ao Conselho para consideração preliminar até que todos os Estados Membros tenham sido devidamente notificados, e que tenha decorrido um período de três (3) meses, após a referida notificação.

ARTIGO 13º

DENÚNCIA

1. Qualquer Estado Parte poderá denunciar o presente Protocolo, passados doze (12) meses da data da entrega ao Secretário Executivo da notificação por escrito, para esse efeito.
2. Qualquer Estado Parte que tenha denunciado, em conformidade com o parágrafo 1, cessará de gozar de todos os direitos e benefícios contidos no presente Protocolo, com a entrada em vigor da denúncia, permanecendo, contudo, vinculado às obrigações estipuladas no Protocolo, por um período de doze (12) meses, a contar da data da entrega da notificação, até à data em que a denúncia entra em vigor.

ARTIGO 14º

CESSAÇÃO

O presente Protocolo poderá ser terminado por decisão de três quartos dos membros da Cimeira.

ARTIGO 15º

DEPOSITÁRIO

1. O texto original do presente Protocolo e todos os instrumentos de ratificação e de adesão serão depositados junto do Secretário Executivo, que enviará cópias autenticadas a todos os Estados Membros.



2. O Secretário Executivo registrará o presente Protocolo junto dos Secretariados da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana.

ARTIGO 16º

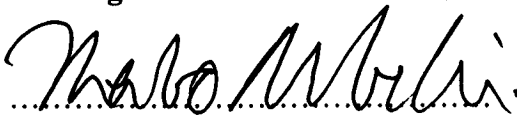
PROTOCOLO SOBRE SISTEMAS DE CURSOS DE ÁGUA PARTILHADOS NA REGIÃO DA SADC

1. Com a entrada em vigor do presente Protocolo, o Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Água Partilhados na Região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que entrou em vigor em Setembro de 1998, será revogado e substituído pelo presente Protocolo.
2. Os direitos e obrigações de qualquer Estado Parte ao Protocolo sobre os Sistemas de Cursos de Água Partilhados na Região da SADC, que não se torne parte ao presente Protocolo, permanecerão vigentes durante doze (12) meses, após a entrada em vigor do presente Protocolo.

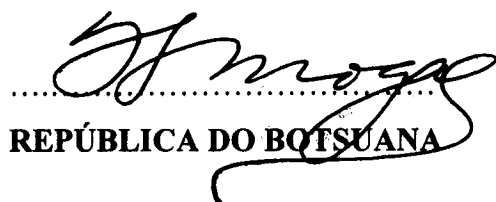


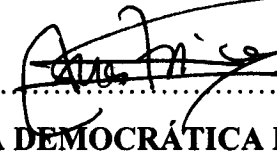
EM TESTEMUNHO DO QUE, NÓS, os Chefes de Estado ou de Governo, ou representantes dos Estados Membros da SADC, devidamente autorizados, assinámos o presente Protocolo.

FEITO em ..Windhoek..... aos....7..... de ..Agosto..... de ..2000....., em três (3) textos originais nas línguas Inglesa, Francesa e Portuguesa, fazendo todos os textos igual fé.

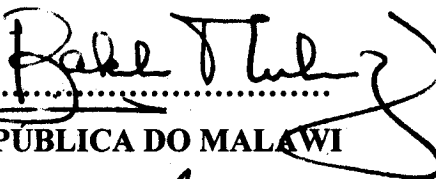

.....
REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL



.....
REPÚBLICA DE ANGOLA


.....
REPÚBLICA DO BOTSUANA


.....
REPUBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

.....
REINO DE LESOTO


.....
REPÚBLICA DO MALAWI


.....
REPÚBLICA DAS MAURÍCIAS


.....
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE


.....
REPÚBLICA DA NAMÍBIA


.....
REPÚBLICA DAS SEICHELES


.....
REINO DA SUAZILÂNDIA


.....
REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA


.....
REPÚBLICA DA ZÂMBIA


.....
REPÚBLICA DO ZIMBABWÉ



O título do presente instrumento:

A opção é entre qualificar “Protocolo” com a palavra “Revisto”, considerando que as alterações introduzidas no Protocolo original são substanciais, o que implicou uma revisão na sua totalidade

e

qualificar “Protocolo” com a palavra “emendado”, considerando que: (a) o mandato do Sector das Águas era de emendar o Protocolo original; e (b) o Artigo 12º do Protocolo original permite a emenda ao Protocolo.